

Lazer e protagonismo social: uma experiência de turismo comunitário no nordeste brasileiro

Leisure and social protagonism: an experience of community tourism in northeastern Brazil

Ana Amélia Neri Oliveira

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-Brasil
anaaneri@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3601-4618>

Conceição Malveira Diógenes

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-Brasil
conceicaomdiogenes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5024-9355>

Dulce Maria Filgueira de Almeida

Universidade de Brasília-Brasil
dulce.filgueira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2352-5478>

Artigo recebido a 26 de Julho de 2020 e aprovado a 30 de abril de 2021

Resumo

Localizada no município de Aracati, no litoral leste do Ceará, na região Nordeste do Brasil, o Quilombo do Cumbe¹ produz uma experiência de turismo comunitário forjada na identidade pesqueira-quilombola e no pertencimento ao território tradicional. Por conseguinte, a atividade turística ofertada por este grupo social tem como principais atrativos as práticas de lazer comunitário que foram ressignificadas no ecossistema manguezal. Dito isto, o trabalho tem como objetivos: i. entender o significado do lazer comunitário visto que este se manifesta nas práticas tradicionais que são ressignificadas nas atividades turísticas e; ii. compreender como e em que medida a experiência de turismo investigada poderá impulsionar o protagonismo social, bem como contribuir para a permanência dos modos de vida tradicionais e a sustentabilidade comunitária. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa e tem como delineamento o estudo de caso. Nesta, foram feitos levantamentos bibliográfico e documental. Como procedimento de pesquisa, utilizamos a entrevista compreensiva desenvolvida com quatro atores sociais locais envolvidos no turismo comunitário. Entendemos que o lazer consiste em um fenômeno social relevante frente às transformações ocorridas no Quilombo do Cumbe que demarcaram a produção do turismo comunitário, a partir da ressignificação das práticas tradicionais como práticas turísticas que retratam a resistência cultural comunitária. Os visitantes se sentem pertencentes aos espaços comunitários, a exemplo do mangue, que consiste no espaço primordial de construção identitária do grupo social. O turismo comunitário poderá impulsionar o protagonismo social de maneira a contribuir para a permanência dos modos de vida tradicionais idem para a sustentabilidade da comunidade, à medida em que a produção de serviços turísticos acontecer de maneira compartilhada e compatível com a realidade social e ambiental local, também ao passo em que o grupo social evidenciar o cuidado com o patrimônio material e imaterial, e garantir a preservação da sua identidade pesqueira-quilombola.

Palavras-chave: lazer, território, turismo comunitário, comunidades tradicionais, comunidade quilombola.

Abstract

Located in the municipality of Aracati, on the east coast of Ceará, in the Northeast region of Brazil, *Quilombo do Cumbe* produces an experience of community tourism forged in the fishing-quilombola identity and belonging to the traditional territory. Consequently, the main tourist attractions offered by this social group are

¹ Também chamado de Comunidade Quilombola do Cumbe ou Comunidade do Cumbe. Neste artigo optamos pela identificação Quilombo do Cumbe visto que os nossos interlocutores entendem que o processo de construção da identidade pesqueira-quilombola perpassa pelo reconhecimento do espaço comunitário como um quilombo, percepção que alude à afirmação política e territorial. No âmbito do Estado Brasileiro, a "Comunidade de Cumbe" foi certificada como remanescente de quilombo, pela Fundação Cultural Palmares (Brasil, 2014). Nos documentos estadual (Ceará) e municipal (Aracati) encontramos Comunidade Sítio Cumbe.

the community leisure practices that have been reframed in the mangrove ecosystem. That said, the work aims to: i. understand the meaning of community leisure as it manifests itself in traditional practices that are re-signified in tourist activities and; ii. understand how and to what extent the investigated tourism experience can boost social protagonism, as well as contribute to the permanence of traditional ways of life and community sustainability. The research presents a qualitative approach and its case study is outlined. In this, bibliographic and documentary surveys were made. As a research procedure, we used the comprehensive interview developed with four local social actors involved in community tourism. We understand that leisure consists of a relevant social phenomenon in view of the transformations that occurred in Quilombo do Cumbe that demarcated the production of community tourism, from the resignification of traditional practices as tourist practices that portray community cultural resistance. Visitors feel they belong to community spaces, like the mangrove, which is the primary space for the identity construction of the social group. Community tourism can boost social protagonism in a way that contributes to the permanence of traditional ways of life ditto the sustainability of the community, as the production of tourist services happens in a shared way and compatible with the local social and environmental reality, also while the social group shows care for material and immaterial heritage, and guarantees the preservation of its fishing-quilombola identity.

Keywords: leisure, territory, community tourism, traditional communities, quilombola community.

1. Introdução

Geograficamente, o Quilombo do Cumbe está situado no município Aracati, no litoral leste do Ceará, na região Nordeste do Brasil. Esta possui aproximadamente 600 habitantes² e está fixado em um local privilegiado quanto à natureza que o cerca, mais especificamente entre o estuário do rio Jaguaribe e o oceano Atlântico. O ecossistema manguezal propicia a principal fonte de renda das 150 famílias que vivem na comunidade. A pesca artesanal de peixe e a cata³ de mariscos se constituem como as principais atividades laborais comunitárias. A Figura 1 mostra a localização do Quilombo do Cumbe.

O grupo social percebe o mangue como o lugar de trabalho e, ao mesmo tempo, com o lugar de reprodução e resignificação das suas práticas tradicionais de lazer. Com o avanço do turismo em larga escala no Brasil, diversas áreas sofreram as consequências de um modelo calcado na privatização e, por conseguinte, no cerceamento do direito do usufruto da Terra por parte dos atores sociais locais. O Quilombo do Cumbe é reconhecido nos âmbitos nacional e internacional em razão da luta em defesa do território livre⁴ da intervenção dos empreendimentos econômicos, notadamente da carcinicultura⁵

e do parque de energia eólico. Esta luta tem como alicerce a garantia do direito ao autogerenciamento do Território do Cumbe. Face ao exposto, consideramos que os processos de privatização presentes no referido território podem implicar na negação do direito à produção das práticas culturais de lazer do grupo social estudado. Também supomos que a produção e a resignificação das práticas aludidas por meio do turismo comunitário poderão representar um modo de resistência cultural.

Temos como pressuposto que a experiência de turismo produzida no Quilombo do Cumbe, além de gerar desenvolvimento social e econômico, poderá garantir a permanência dos modos de vida tradicionais, a partir do protagonismo dos atores sociais locais em congruência com a sustentabilidade socioambiental. Dito isto, ressaltamos que este estudo teve como objetivos: i. entender o significado do lazer comunitário visto que este se manifesta nas práticas tradicionais que são resignificadas nas atividades turísticas e; ii. compreender como e em que medida a experiência de turismo investigada poderá impulsionar o protagonismo social, bem como contribuir para a permanência dos modos de vida tradicionais e para a sustentabilidade comunitária.

No percurso de escrita deste trabalho, iniciamos pela descrição dos aspectos metodológicos, de modo a caracterizar a pesquisa realizada. Depois procuramos, por meio da teoria, articular os conceitos lazer e território no contexto social específico, além de elaborar uma discussão acerca das concepções e dos princípios do turismo de base comunitária presentes na literatura científica. Em seguida, analisamos a experiência de turismo elaborada no Quilombo do Cumbe com base nos discursos dos atores

² Este são dados oferecidos por pesquisadores, dentre eles: Nascimento (2014), Costa e Silva (2016) e Teixeira et al. (2017).

³ Pesca de caranguejos, guaiamuns, siris, ostras, búzios, sururus e intãs.

⁴ Expressão utilizada pelas lideranças da Associação Quilombola do Cumbe para referenciar um discurso político de defesa do território sem ameaças econômicas e auto gerenciado pelos atores sociais locais. Estas compreendem que a relação com o território tradicional livre acontece quando a comunidade “se recria social, cultural, econômica e politicamente; dando continuidade as suas práticas culturais” (Oliveira, 2018, p. 71).

⁵ Produção ou criação de camarão em viveiros.

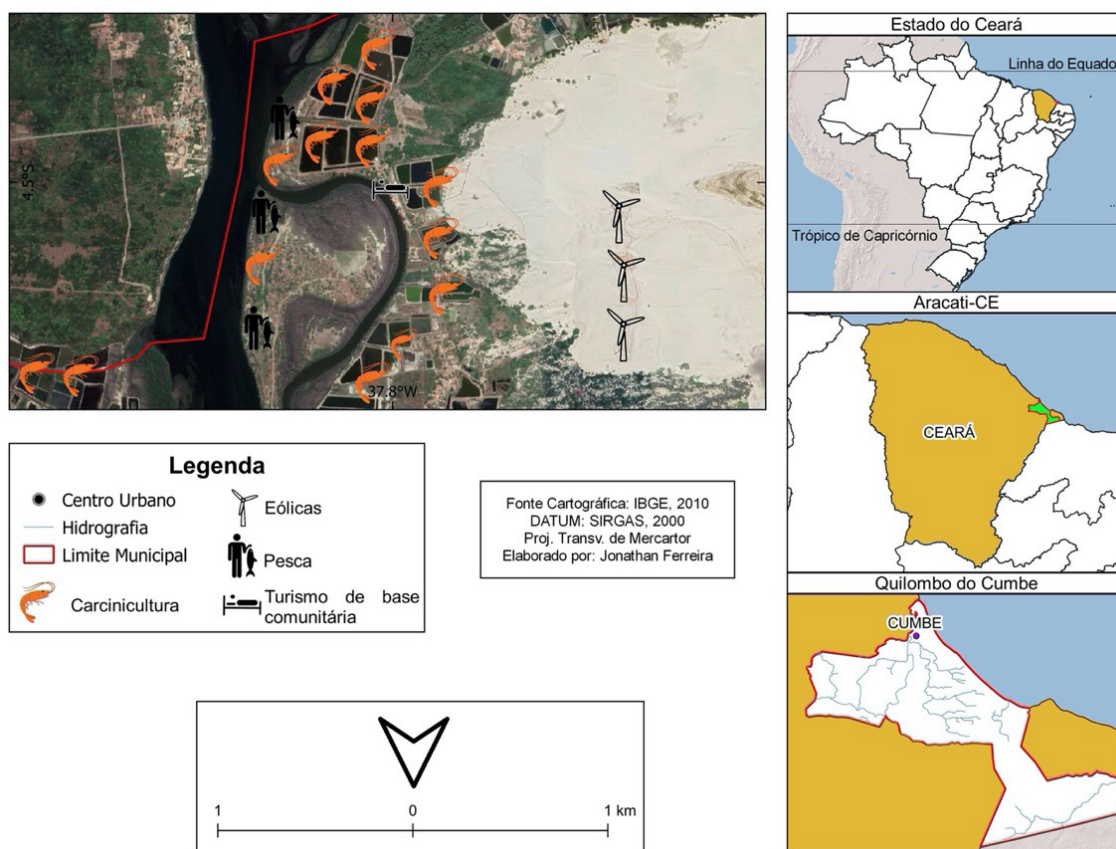


Figura 1

Localização do Quilombo do Cumbe.

Fonte: Elaborado por Jonathan Ferreira (2019).

sociais locais. Finalmente, tecemos as considerações finais, na perspectiva de responder aos objetivos apresentados.

2. Metodologia

Esta pesquisa, com abordagem qualitativa, tem como delineamento o estudo de caso. Neste sentido, é importante acentuarmos que a pesquisa qualitativa nos permitiu como pesquisadoras compreender e interpretar os significados e as intenções no cerne das relações sociais estabelecidas entre os atores sociais a partir do turismo produzido no Quilombo do Cumbe, de modo a percebermos a lógica interna do grupo social (Minayo, 2016). O estudo de caso tornou possível a realização de uma investigação na qual foram preservadas as características abrangentes e significativas dos acontecimentos presentes no contexto social específico (Yin, 2005). Por meio deste,

podemos averiguar de maneira criteriosa um acontecimento contemporâneo, que diz respeito à experiência de turismo produzida pelo grupo social local. Os levantamentos bibliográfico e documental subsidiaram a construção do quadro teórico que, por sua vez, orientou a análise empreendida.

O procedimento de pesquisa que utilizamos foi a entrevista compreensiva, a qual se constitui como uma técnica qualitativa de obtenção de informações que articula formas tradicionais de entrevista semi-estruturada com técnicas de entrevista de caráter mais etnográfico (Ferreira, 2014). Este modelo de entrevista nos possibilitou dar voz aos atores sociais entrevistados. Para tanto, construímos um roteiro semiestruturado composto de sete questões, que trataram, especificamente: i. Do significado do lazer comunitário; ii. De como o turismo comunitário contribui para a permanência dos modos de vida tradicionais; iii. De como o turismo comunitário se diferencia do turismo massificado; iv. Do diálogo de sentidos entre

visitantes e visitados na experiência em questão, v. De como o turismo comunitário estimula a conservação dos recursos naturais (ecossistema manguezal) e a preservação das características do território livre; vi. Dos benefícios econômicos e sociais que esta experiência de turismo gera na comunidade; e vii. Da Rede Tucum⁶ como propulsora de diálogos e estratégias de autogestão comunitária.

Os atores sociais locais entrevistados⁷ foram escolhidos segundo o envolvimento com o turismo comunitário, de modo que foram selecionados os seguintes interlocutores⁸: um pescador responsável pelo transporte e pelas atividades de lazer no mangue (interlocutor 1⁹), uma pescadora responsável pela oficinas de mariscagem¹⁰ e hospedagem (interlocutor 2¹¹), uma liderança comunitária incumbida da hospedagem e alimentação (interlocutor 3¹²), além de uma liderança comunitária encarregada da recepção e hospedagem (interlocutor 4¹³).

Construímos a análise a partir das informações obtidas por meio das entrevistas¹⁴ à luz do quadro teórico apresentado a seguir. Os discursos produzidos pelos atores sociais locais foram interpretados e analisados com enfoque na concepção de lazer para apreendermos o significado do lazer comunitário, e com enfoque na percepção acerca do turismo comunitário, para compreendermos a relação entre protagonismo social e autogestão comunitária.

3. Lazer e território

O lazer consiste em um direito social assegurado pela Constituição Federal (Brasil, 1988). Este é construído na dialética da vida cotidiana por meio das escolhas deliberadas dos atores sociais que dele participam (Almeida & Azevedo, 2007). Nos dias de hoje, o lazer se opõe ao “conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana”, e não apenas às obrigações profissionais. Ele “só é praticado e compreendido pelas pessoas que o praticam dentro de uma dialética da vida cotidiana, na qual todos os elementos se ligam entre si e reagem uns sobre os outros” (Dumazedier, 2014, pp. 31-32).

O lazer pressupõe a participação em atividades de caráter voluntário e livre de obrigações laborais, familiares ou sociais, e tem como finalidade o descanso, o divertimento, a recreação e o entretenimento, bem como o desenvolvimento da formação, participação e capacidade criadora (Dumazedier, 2014). Em outra perspectiva, o lazer é visto como um fenômeno característico da modernidade que resulta da tensão entre capital e trabalho, o qual se expressa no tempo e espaço de práticas lúdicas e se constitui como um lugar de organização da cultura, além de ser perpassado por relações de hegemonia. Por conseguinte, o lazer se materializa de maneira singular em um dado tempo histórico, sendo compreendido como um fenômeno atento às tensões, transformações e contradições presentes na sociedade (Mascarenhas, 2015).

Orientadas pelas diferentes percepções de lazer mencionadas, direcionamos o nosso olhar para o Quilombo do Cumbe, que se caracteriza como uma comunidade tradicional de pescadores artesanais e possui um cotidiano recortado por determinantes estruturais da sociedade capitalista. Em particular, este grupo social tem seus modos de vida, a exemplo das formas de uso dos espaços de lazer comunitário, diretamente afetados pelos empreendimentos econômicos instalados no Território do Cumbe.

Entendemos que no Quilombo do Cumbe o lazer representa o tempo e espaço de produção de práticas identitárias, logo é visto como uma prática social que retrata a relação do grupo social com o território e também a mútua convivência dos atores sociais locais em cenários de sociabilidades de caráter lúdico, recreativo e cultural (Oliveira & Almeida, 2020).

Nos remetemos ao território como espaço apropriado pelo grupo social, o qual não está limitado

⁶ É vinculado à Rede Cearense de Turismo Comunitário criada em 2008 com o intuito de “[...] reforçar a articulação e potencializar uma luta que já tem vários capítulos: a defesa dos territórios e dos modos de vida dos povos tradicionais da Zona Costeira do Ceará”. Tem “[...] uma concepção de turismo ambientalmente e socialmente justos, no qual as pessoas das próprias comunidades protagonizam a atividade”, pretende “[...] contribuir na afirmação, ocupação e a apropriação dos territórios, lançar novos olhares sobre o que já era conhecido e interagir com os demais sistemas produtivos locais” (Instituto Terramar, 2017, p. 6).

⁷ Eles assinaram os documentos Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Autorização para Utilização do Som de Voz para Fins de Pesquisa.

⁸ Fizemos uso do termo interlocutor com o intuito de garantir o anonimato dos entrevistados.

⁹ O entrevistado é morador da comunidade, ele é pescador e tem 36 anos.

¹⁰ Pesca realizada pelas mulheres.

¹¹ A entrevistada é moradora da comunidade, ela é pescadora (marisqueira) e tem 42 anos.

¹² A entrevistada é moradora da comunidade, ela é comerciante autônoma e tem 38 anos.

¹³ A entrevistada é moradora da comunidade, ela é autônoma e tem 33 anos.

¹⁴ Foram aplicadas nos dias 21 e 22 de novembro de 2018.

à terra que ocupa, porquanto inclui uma gama de lugares de relevância simbólica, de maneira que passa a assumir outro significado (Ratts, 2015). Guiadas por esta acepção, ponderamos que o mangue tem um significado simbólico como parte do território tradicional, uma vez que foi apropriado pelo grupo social e representa o espaço de produção e reinvenção das suas práticas culturais (Oliveira, 2018).

Como estamos diante de uma comunidade tradicional que mantém relações práticas e simbólicas com a natureza, compreendemos que a produção do lazer comunitário pressupõe diretamente o direito ao livre acesso ao território construído pelo grupo social.

Um fato que demonstra o cerceamento do direito ao livre acesso ao rio por parte dos atores sociais locais foi a privatização de áreas de mangue para a implementação da carcinicultura, que inviabilizou a locomoção dos atores sociais locais em transportes a motor no Território do Cumbe, especificamente a ida deles aos locais tradicionalmente frequentados situados nas margens do rio (Oliveira, 2018). Esta situação culminou em um estado de tensão permanente entre os pescadores que ocuparam o território para manter os seus modos de vida tradicionais e os carcinicultores que privatizaram as áreas que anteriormente eram de livre circulação.

Nos contextos familiar e comunitário, as relações sociais foram fragilizadas significativamente, posto que dois grupos sociais passaram a assumir posicionamentos opostos. Assim, enquanto um grupo se coloca contra a permanência da carcinicultura e defende o território livre (composto por uma maioria de atores sociais locais que se autodeclaram quilombolas e que têm como principal fonte de renda a pesca artesanal), o outro grupo defende a permanência da carcinicultura na comunidade (formado por uma maioria de atores sociais que atuam na carcinicultura ou não dependem economicamente do trabalho no mangue). Pelo exposto, pressupomos que os conflitos sociais e territoriais repercutem de modo significativo nos modos de produção do lazer comunitário.

4. Concepções acerca do turismo de base comunitária

O turismo consiste em um fenômeno social típico da sociedade pós-moderna. Como objeto de

estudo ele foi apropriado por diferentes perspectivas teóricas e atores sociais que representam a diversidade de contextos de investigação científica. Nesse sentido, recentemente, em resposta à mercantilização de territórios e culturas pelo turismo convencional ou turismo de massas, surgiram os estudos que analisam os efeitos desta atividade. Decorrente disto, verificamos nos estudos da área em relevo uma divisão em dois grupos de pesquisadores, quais sejam: os otimistas, que creem nos benefícios do turismo em larga escala, e os pessimistas, que percebem a atividade como potencializadora de destruição da identidade dos lugares e de degradação do meio ambiente. Preocupados com os efeitos socioambientais da atividade turística, esse último grupo de pesquisadores representa um movimento que defende uma abordagem alternativa, denominada de turismo de base comunitária, que agrega mecanismos de participação das comunidades locais e minimiza custos sociais, políticos, econômicos e ambientais (Corbari & Ferreira, 2019, Irving, Bursztyn, Sancho, & Melo, 2005; Suassuna, 2007).

Frente ao cenário de divergências, as discussões sobre o turismo de massas ganham força e emergem dúvidas quanto ao seu real significado. Deste modo, ao tomarmos como exemplos destinos turísticos tradicionais como Lisboa, Barcelona e Veneza, vemos que eles foram mergulhados na gentrificação e na superlotação das atrações turísticas, por isso começaram a surgir movimentos contra esta atividade por parte da população local. Este fato nos conduz a alguns questionamentos. Primeiro, os países ditos desenvolvidos, vitimados pelo seu próprio sucesso, desestimularão um modelo de turismo voltado à privatização de áreas e ao cerceamento do direito de usufruto pela população local? Segundo, como atividade econômica, o turismo em sua concepção mais convencional, migrará para os países em desenvolvimento assim como tantas outras atividades degradadoras? Terceiro, os países em desenvolvimento replicarão os modelos vigentes ou construirão alternativas viáveis ao desenvolvimento do turismo nos novos destinos? São questões que trazemos à tona, embora reconheçamos as limitações deste estudo, ao tempo em que assinalamos a existência de um cenário complexo de produção do conhecimento na área do turismo tanto em termos de acúmulo teórico como de diversidade e diferença contextual. Fato que nos levou a atentar para a necessidade de elaborar o recorte deste estudo, qual

seja: o turismo comunitário em uma comunidade tradicional quilombola do nordeste brasileiro, o Quilombo do Cumbe (Aracati-Ceará-Brasil).

Evidenciamos que o turismo de base comunitária é *norteado pelos* princípios da participação, da cooperação, da autossustentação e da universalidade. Quando as comunidades lutam pelo desenvolvimento comunitário, elas não desconhecem a presença do Estado e a mundialização do capital, uma vez que vivem os conflitos resultantes da inserção nessa realidade à medida que interrogam as políticas neoliberais, com o intuito de adequá-las aos interesses das economias populares (Coriolano & Sampaio, 2008). Então, se o debate acerca do turismo *não for suficientemente politizado* “(...) novos segmentos e novas formas de se praticar o turismo, embora pareçam ser contra hegemônicas, podem contribuir para a manutenção da desigualdade de poder existente no setor” (Corbari & Ferreira, 2019, p. 430).

Concebemos o turismo de base comunitária como um tipo de turismo que tem como características o interesse do grupo social e o protagonismo voltado ao desenvolvimento local. Lembramos que são aspectos essenciais do tipo de turismo em questão: i. base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; ii. participação e protagonismo social no planejamento; iii. implementação e avaliação de projetos turísticos; iv. escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; v. geração de benefícios diretos à população local; e vi. afirmação cultural, interculturalidade e o “encontro” como condições essenciais (Irving, 2018). Por apresentar elementos endógenos e estar alicerçado nas práticas cotidianas das comunidades, o turismo de base comunitária está mais associado ao ecoturismo, ao turismo rural e ao turismo étnico. Assim, notamos que o turismo de base comunitária representa uma proposta de desenvolvimento para estes segmentos e não, verdadeiramente, um novo segmento do turismo convencional.

A integração do turismo às atividades econômicas tradicionais é uma característica basilar do turismo de base comunitária, logo as atividades produtivas pré-existentes são valorizadas, os modos de vida tradicionais são evidenciados e há uma relação de interdependência entre as atividades e as práticas comunitárias. Em alguns casos, as iniciativas de turismo de base comunitária não chegam a se desenvolver em decorrência da falta de um ambiente político-institucional favorável, também

por falta de conhecimento da dinâmica do desta atividade econômica, o que significa reconhecer que apenas a existência de atividades tradicionais, de atrativos naturais e culturais não garante o desenvolvimento pleno desta atividade (Nascimento, 2013). Um exemplo disto pode ser tomado a partir do modelo de desenvolvimento ecoturístico implantado na Praia do Forte (Bahia/Brasil) em que o plano econômico acabou por se sobrepor às dimensões sociocultural (comunidade local), política e ambiental (Suassuna, 2007).

Em outra perspectiva, o turismo de base comunitária é estruturado como um arranjo socioproductivo de elementos que estão sobrepostos no território e na comunidade. Também, a despeito dos avanços no tocante ao desenvolvimento de pesquisas e nas políticas públicas de estímulo ao turismo de base comunitária, existe a necessidade de uma reflexão sobre a oferta dispersa e a escassez de divulgação das práticas (Diógenes & César, 2018). O referido tipo de turismo está atrelado à racionalidade subjetiva¹⁵ e a um agir mais comunicativo, os quais são princípios essenciais de uma gestão social, que por sua vez tem como características: a dialogicidade, a transparência e a emancipação (Cançado, Tenório, & Pereira, 2011).

O turismo de massas implica o “consumo de lugares, crescentemente individual e identitário, hedonista e experimental, valoriza a diferenciação social e o *status* socioeconômico, com a atribuição de um valor simbólico ao objeto adquirido, associando-se ao espetáculo e ao divertimento” (Santos, 2014, p. 69). Logo, além de envolver grandes fluxos, ele consiste no tipo de consumo diretamente ligado à experiência vivida, mas sem riscos previstos, com o tempo cuidadosamente planejado e contabilizado. Comparado ao turismo de massas, o turismo de base comunitária tem como enfoque a troca de experiências e sentidos entre os turistas e a comunidade local, além de envolver pequenos fluxos e dos destinos turísticos serem vistos como destinos de aprendizagem onde os turistas participam de atividades cotidianas autênticas.

Relacionado a isso, enfatizamos que hoje os visitantes estão mais experientes e conectados, logo possuem uma percepção prévia dos destinos visitados, ao passo que buscam informações mais aprofundadas

¹⁵ Para Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 11) “(...) a racionalidade subjetiva apresenta ao ser humano a possibilidade de conduzir sua vida em bases éticas, potencializando o debate racional”.



Figura 2

Preparação da comida no “Cumê no Mato”.

Fonte: Oliveira (2018).

do destino de interesse. Esta visão dialoga com a premissa segundo a qual “(...) os turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos” (Zoaoual, 2003, p. 58). Portanto, os vínculos das comunidades locais com seus territórios são essenciais ao processo de desenvolvimento do turismo de base comunitária.

Historicamente, o turismo pós-industrial nos apresentou novas dinâmicas, “(...) a clientela procura verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar” (Zoaoual, 2003, pp. 57-58). Este turismo tem como alicerce a diversidade em detrimento da uniformização ou padronização e enfoca a busca de sentido nas trocas culturais. Como resultado, percebemos uma relação diferenciada construída entre o visitante e a comunidade local, que preconiza uma experiência de aprendizagem dialógica, ao invés de uma experiência distante e desconectada da realidade social.

5. Das práticas tradicionais de lazer à experiência de turismo comunitário

Com o intuito de analisar a experiência de turismo comunitário produzida no Quilombo do Cumbe, destacamos a seguir os discursos dos atores

sociais locais obtidos por meio das entrevistas. Inicialmente, buscamos entender o significado do lazer comunitário manifesto nas práticas tradicionais que são ressignificadas nas atividades turísticas. Para tanto, perguntamos o seguinte: qual o significado do lazer no contexto do turismo comunitário (i)? A Figura 2 que retrata a preparação da comida. Obtivemos as seguintes respostas:

“Nós estruturamos um pouco as atividades, construímos barcos e trilhas mais acessíveis. Nós divulgamos a pesca no rio, o banho no rio e na lagoa, o “Cumê no Mato”, uma prática que faz parte do nosso dia-a-dia, que nós chamamos de trabalho, mas que também é lazer. Passamos a semana trabalhando no rio, pescando. No final de semana nós também vamos ao rio pescar, comer um peixe assado. Ou seja, é trabalho, mas também é lazer. Tomar um banho no rio e na lagoa é trabalho, mas também é lazer. Apresentamos tudo isso aos nossos visitantes. Eles vivenciam o nosso lazer na praia, no rio e nas nossas festas culturais. Tudo isso é o nosso lazer que nós repassamos para o nosso público [os visitantes]” (interlocutor 1).

Nosso lazer e o nosso trabalho é ao mesmo tempo uma coisa só (interlocutor 4).

Notamos que há uma preocupação por parte de um entrevistado quanto à estruturação e à organização das atividades turísticas a partir das práticas cotidianas. Com a finalidade de ilustrar esta colocação, atentamos para o “Cumê no Mato”, uma prática tradicional de lazer comunitário que envolve a pescaria, a preparação e socialização da comida, além do banho e das brincadeiras no rio (Oliveira, 2018). Esta é produzida livremente e tem um significado recreativo, além de abranger a participação social voluntária (Dumazedier, 2014) e foi resignificada pelo grupo social no sentido de torná-la uma atividade turística para ser apresentada aos visitantes¹⁶. Reparamos ainda que, na percepção dos dois entrevistados, o lazer e o trabalho são práticas indissociáveis. Guiadas por esta premissa, deduzimos que no Quilombo do Cumbe o lazer e o trabalho estão imbricados. Isso significa dizer que o lazer não se opõe ao trabalho enquanto uma obrigação da vida cotidiana, ideia que em certa medida se contrapõe ao pensamento de Dumazedier (2014). O entrevistado esclareceu o seguinte:

“Eu trabalhei até sexta no rio. Então aquilo ali foi o meu trabalho. Mas se eu for ao rio sábado, domingo ou até segunda-feira, aquilo ali é o meu lazer. É a mesma coisa que eu estava fazendo quando estava trabalhando, mas é o meu lazer. Nós somos chamados de pescadores vagabundos que só querem estar no rio comendo e tomando uma cachaça. Mas aquilo ali também é o nosso trabalho. Muitas vezes o pescador que vem do trabalho encontra o pescador que está no lazer. E o pescador que vem do trabalho acaba ficando ali com aqueles que estavam no lazer. Muitas vezes ele volta do trabalho cedo, às 11 ou 12h. Ele já se mistura. Ele fica lá. E como ele traz peixe e caranguejo, ele acaba contribuindo com a comida. Ele pergunta se os outros querem peixe e caranguejo” (interlocutor 1).

Sublinhamos que a noção de temporalidade presente no mundo urbano-industrial é de distinta ordem, muito embora esta sirva como parâmetro para a construção do estereótipo equivocadamente

associa o pescador a um vagabundo. Ademais, o discurso acima mostra que o rio é retratado como o lugar de encontro dos pescadores que saem do trabalho com os pescadores que estão usufruindo do lazer comunitário. Logo, o rio consiste em um lugar de relevância simbólica, o qual foi resignificado pelo grupo social (Ratts, 2015). Cientes disso, dizemos que as interações sociais são reveladas nas práticas que acontecem no rio, lugar de ocorrência das trocas simbólicas entre os pescadores. Conjuntamente, pontuamos que o rio foi apropriado pelo grupo social como o lugar onde as sociabilidades são produzidas durante o tempo do lazer, mas também durante o tempo do trabalho. No Quilombo do Cumbe o lazer se manifesta no tempo e espaço de práticas sociais e lúdicas, além de constituir-se como um lugar de organização da cultura (Mascarenhas, 2005), idem de resignificação da cultura. Nesta acepção, o lazer produzido pelo grupo é tomado como um fenômeno social (Mascarenhas, 2005) atento às transformações presentes na dinâmica local, ao passo que é resignificado na experiência de turismo comunitário investigada. Em relação à permanência dos modos de vida tradicionais, perguntamos: como o turismo comunitário contribui para a permanência dos modos de vida tradicionais da comunidade (ii)? Obtivemos a resposta:

“Como as pessoas vêm participar das nossas vivências, elas se engajam e fortalecem a nossa luta. A participação delas já é uma contribuição. E muitas permanecem nos apoiando. É assim que estamos conseguindo mais parceiros. Também temos acesso a mais orientações e informações, e estamos expandindo mais o nosso trabalho com a ajuda das pessoas que estão vindo nos visitar. [...] É recebendo essas pessoas que nós mostramos o nosso trabalho, os nossos modos de vida e a nossa cultura. Nós mostramos tudo isso para não esquecermos e continuarmos existindo. Porque aqui tem muita gente mudando a cabeça dos jovens. Dizendo a eles que nossa cultura é atrasada, que não vale nada [...]. Mas nós sabemos que a comunidade está sobrevivendo com os seus modos de vida há várias décadas. E se nós esquecermos disso a comunidade deixará de existir” (interlocutor 1).

¹⁶ São atores sociais convidados a conviver com a comunidade e a conhecer as suas práticas tradicionais. Ao interagirem com o grupo social, eles se apropriam das narrativas de luta pelo Território do Cumbe (Oliveira, 2018).

Percebemos, mediante o discurso, que esta experiência de turismo é caracterizada pelo diálogo e pela troca de conhecimento entre a comunidade e os visitantes. Em função disso, o engajamento deles é essencial no sentido de fortalecer o protagonismo social e garantir a permanência dos modos de vida tradicionais, assim como possibilitar o engajamento dos jovens a fim de que a cultura local resista por meio das novas gerações. A comunidade estabelece modos de aproximação/sensibilização com o propósito de ter os visitantes como aliados em suas lutas. Estes, por sua vez, conhecem previamente a história do grupo social e mantêm uma estreita relação com o cotidiano comunitário, com os seus lugares de pertença, a exemplo do mangue.

Outra questão apresentada aos entrevistados foi a seguinte: como o turismo comunitário se diferencia das experiências do turismo de massas (iii)?

“O nosso turismo é de preservação da natureza. É compartilhado com todas as pessoas da comunidade. Nós não temos um patrão. Não temos um dono. Todos participam igualmente com a hospedagem, com o nosso trabalho e a nossa luta. Nós achamos que a melhor forma de nos fortalecer é divulgar o nosso trabalho, o nosso modo de vida e o nosso turismo. Trazer o pessoal para a comunidade e ao mesmo tempo lucrar, ter uma renda para as famílias. [...] Para contribuir conosco e fortalecer o nosso modo de vida. Educar culturalmente a comunidade, no sentido de perpetuação da cultura repassada de pai para filho. Enquanto o turismo de massas só quer saber de lucro e exploração, tanto trabalhista como sexual e de drogas. Nós somos o contrário disso. Nós tentamos fazer o contrário disso” (interlocutor 1).

“[...] O turismo comunitário agrega um conjunto de valores que fortalece a comunidade. Enquanto o turismo de massas vem para a destruir. Ele causaria a destruição da comunidade. Já o turismo comunitário entra de forma fortalecedora para o povo que mora aqui, os seus costumes, as suas práticas. Nós sentimos muito isso. Um é o turismo fortalecedor e o outro é agressor. Um leva em consideração as práticas e as origens da comunidade” (interlocutor 2).

“O nosso é um turismo mais comum. É mais humilde do que o turismo de Canoa Quebrada. Não é para aquelas pessoas chiques. Nosso turismo é para aquelas pessoas mais humildes. É rico, porque nós mostramos o que temos para oferecer as pessoas que vem se hospedar aqui [...]. E quem vem aqui sabe que não vai encontrar nenhuma pousada chique. As pessoas vêm para ter a convivência conosco no manguezal e nas dunas” (interlocutor 4).

Dos discursos exibidos acima, depreendemos que o turismo de massas é entendido como uma atividade que promove a maximização do lucro e a exploração dos trabalhadores, assim inviabiliza o protagonismo social e ameaça os modos de vida tradicionais. Por outro lado, o turismo comunitário atende a uma dinâmica social diferenciada que agrega um conjunto de valores comunitários que estão ancorados na cultura local, de modo que se opõe ao modelo neoliberal de produção do turismo de massas, pois não segue uma lógica mercadológica. O turismo é visto como uma atividade estratégica para a permanência do grupo social no território tradicional, logo está integrado às atividades locais, os modos de vida tradicionais são reconhecidos e há uma relação de interdependência entre as atividades ofertadas (Nascimento, 2013). Inclusive, podemos assegurar a partir dos discursos acima que a experiência mencionada é caracterizada como um arranjo social e produtivo que se serve dos elementos existentes no território do Cumbe e das práticas tradicionais locais (Diógenes & César, 2018), também pela interdependência entre as atividades e as práticas comunitárias, uma vez que as ações individuais possuem um grande reflexo na coletividade (Nascimento, 2013). Esta interdependência se sobrepõe às preocupações com a imagem do destino turístico. Tradicionalmente, os prestadores de serviços turísticos, mesmo massificados, conhecem a importância de cada elemento na construção da imagem deste destino. Há ainda a presença da liberdade e flexibilidade, aspectos não observados nos prestadores de serviços do turismo massificado. Em resumo, a experiência de turismo investigada assegura a valorização da cultura local, as trocas de saberes e sentidos entre os visitantes e os visitados, assim como fortalece a economia local e a autogestão comunitária. O protagonismo com foco no desenvolvimento local acontece quando o grupo social planeja e implemen-

ta as atividades turísticas, e também quando controla os impactos sociais e ambientais, de modo a que os atores sociais locais são benefícios diretamente e as práticas culturais são reafirmadas (Corbari & Ferreira, 2019; Irving, 2018; Irving et al., 2005; Suassuna, 2007).

Uma vez que as trocas são tão significativas a ponto de os visitantes serem tratados como aliados e porta vozes da luta e da resistência comunitária, indagamos: como acontece o diálogo de sentidos entre visitantes e visitados nas experiências de turismo comunitário (iv)? As respostas foram evidenciadas abaixo. A Figura 3 mostra a interação entre visitantes e visitados na Festa do Mangue do Cumbe¹⁷.

“Nós passamos o nosso trabalho, nosso modo de vida. Nós perguntamos como ele pode contribuir com o nosso trabalho e a nossa luta. Dizemos de onde vem o alimento”. (interlocutor 1).

“O público que nós costumamos receber já vem com um olhar para o turismo comunitário [...]. Ele já tem esse olhar de respeito, um respeito ao meio ambiente, um respeito às nossas práticas. Há um compartilhamento de valores entre nós e ele, que tem um olhar de respeito ao meio ambiente e as nossas vivências”. (interlocutor 3).

“Para ele tem o prazer de ver. Também saber de onde sai o caranguejo, o sururu. Saber de onde o alimento está vindo”. (interlocutor 4).

Em relação à sensibilidade do olhar dos visitantes, percebemos que a comunidade acaba por conseguir segmentar o público alvo deste destino turístico. Assim, é curioso como em tempos de grandes empresas de marketing, de pesquisas que envolvem redes sociais e inteligência artificial, a percepção quanto aos interesses e desejos dos visitantes é construída na relação face a face. Referente a isso, evocamos a existência de hiperconsumidores que buscam a “multiplicação das experiências” (Lipovetsky, 2006). Os visitantes e os visitados estabelecem relações de troca em todos os espaços comunitários, porquanto umas famílias hospedam os

visitantes em suas casas, enquanto outras famílias oferecem as refeições aos visitantes. Fato que nos permite singularizar a experiência de turismo do Quilombo do Cumbe a partir dos princípios de participação, cooperação, autossustentação e universalidade (Coriolano & Sampaio, 2008).

Do ponto de vista de engajamento político e socioambiental, ponderamos que os visitantes do Quilombo do Cumbe são mais experientes e conectados, além de conhecedores prévios do destino que almejam visitar. Eles são comprometidos com as trocas culturais e também são responsáveis e solidários quanto às questões locais (Zoaoual, 2003). O Território do Cumbe se configura como um destino turístico de aprendizagem, pois os seus visitantes se envolvem nas práticas sociais produzidas e ressignificadas cotidianamente pelos atores sociais locais (Santos, 2014). Neste caso o território construído pelo grupo social não se limita ao referente geográfico, posto que também alude à organização social, aos laços de parentesco e às práticas de trabalho no mangue (Oliveira, 2018). Em seguida, fizemos a seguinte indagação: como o turismo comunitário estimula a conservação dos recursos naturais (ecossistema manguezal) e a preservação das características do território livre (v)? As respostas foram:

“Nós fortalecemos o nosso discurso e a luta para continuarmos tendo acesso ao rio, ao mangue e à duna. Também para continuar o nosso trabalho. Nós queremos a demarcação do território para torná-lo de uso coletivo. O visitante vem contribuir com isso. Nosso turismo é mais para incentivar as pessoas a conhecerem a nossa luta e os nossos modos de vida. Nós usamos o turismo para fortalecer a nossa luta” (interlocutor 1).

“Nós contamos a nossa história para ele. Falamos da importância dele nos apoios, de nos ajudar a fortalecer a nossa luta. Ele também nos orienta sobre com fazer” (Interlocutor 2).

“[...] Nós trazemos falas de denúncias do que vem acontecendo há tempos aqui. O cuidar desse território, dessa natureza. Nós ficamos em vigília cotidiana, pois temos que estar atentos ao que está acontecendo, ao que está sendo destruído ou degradado, para denunciarmos” (interlocutor 4).

¹⁷ Foi criada com o objetivo de tornar visível o movimento em defesa do território livre, que compreende a permanência, a apropriação coletiva e a autogestão do território do Cumbe (Oliveira, 2018).



Figura 3

Interação entre visitantes e visitados na Festa do Mangue do Cumbe.
Fonte: Oliveira (2018).

Pelos discursos exibidos, depreendemos que os visitantes atuam como porta vozes e aliados da comunidade discursos na luta em defesa do Território do Cumbe. Eles mantêm uma escuta atenta e sensível, além de eventualmente atuarem como mediadores no diálogo entre comunidade e sociedade. Isso demonstra o caráter político do turismo comunitário do Quilombo do Cumbe, que pode evidenciar um aspecto diferenciado dada a presença preponderante do turismo de massas no município de Aracati e no Estado do Ceará-Brasil. Um entrevistado narrou o perfil dos visitantes e as parcerias firmadas com os movimentos sociais e as representações governamentais.

“Eles se hospedam em uma casa e deixam uma contribuição, uma renda. Eles também contribuem com as suas experiências. Porque nós os vemos como amigos, não como hóspedes. Isso ajuda as pessoas daqui a não visarem só o dinheiro que podem ganhar, a não viverem em função do dinheiro. Elas têm que entender o lado social, saber para que serve o turismo

comunitário. [...] A CEPPIR¹⁸, o pessoal dos direitos humanos, o movimento dos pescadores e os movimentos quilombolas nos ajudam muito. Todos eles participam do nosso turismo comunitário com o objetivo de nos ajudar e nos fortalecer. Também de divulgar lá fora e conseguir mais parceiros” (interlocutor 1).

Esta pesquisa foi desenvolvida em um contexto político distinto do que vivemos hoje no Brasil. Na época, ainda que minimamente, as comunidades quilombolas tinham acesso às políticas governamentais específicas. Quanto ao apoio das organizações de consumidores, vemos que os visitantes são sensíveis e aliados no que diz respeito a resolução das questões sociais locais, além do compromisso com o meio ambiente. Chamamos a atenção para a identificação de ciclos de vida que produzem os bens e fornecem os serviços, evitando a exploração dos recursos humanos e a compensação justa pelo trabalho efetuado (Santos, 2014). Outra questão apresentada alude a: quais os benefícios econômicos

¹⁸ Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR) vinculada à Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Governo do Estado do Ceará.

e sociais que o turismo gera na comunidade (vi)? Os entrevistados responderam conforme o exposto abaixo.

“O turismo ligado à Rede Tucum nós iniciamos agora. Mas nós conseguimos vários projetos por conta da nossa união, do nosso engajamento. Projetos por meio do turismo comunitário nós não conseguimos nenhum. Mas nós conseguimos um projeto de pesca e um de barcos de passeio que nós incluímos no turismo comunitário. [...] Muitas famílias da comunidade participam da Festa do Manguê do Cumbe hospedando os visitantes. Isso fortalece os nossos vínculos. No começo essa atividade era realizada por poucas pessoas. Mas hoje muitas pessoas querem participar, pois circula a informação na comunidade que agora nós começamos a trabalhar mais forte no turismo comunitário. O resultado veio agora como dois eventos que fizemos: a Festa do Manguê do Cumbe e o Encontro das Águas, que deixaram uma renda muito boa na comunidade, tanto dos passeios como da hospedagem, alimentação e do artesanato” (interlocutor 1).

“As atividades econômicas melhoraram. O pescado é a atividade mais valorizada aqui comparado à mariscagem, que é uma atividade desenvolvida pelas mulheres. Dá mais visibilidade ao que nós fazemos. É aquilo que nós extraímos do rio. Agrega valores e tira o atravessador na pesca, no pescador. Na perspectiva social melhora muito, porque nós ficamos mais unidos, isso é muito visível. Nós também mostrarmos outras atividades que nós fazemos, como a Festa do Manguê do Cumbe que agrega muitos valores” (interlocutor 2).

“[...] Nós melhoramos à medida em que a nossa relação fica mais forte. O turismo comunitário veio para fortalecer ainda mais o que já fazíamos. E quem vem nos visitar já tem esse entendimento” (interlocutor 3).

“Agora nós estamos tentando conseguir o projeto dos chalés que inicial irá beneficiar 10 famílias. Será uma fonte de renda para elas” (interlocutor 4).

Os discursos mostram que o turismo comunitário do Quilombo do Cumbe passa pelo processo de construção inicial e as práticas tradicionais são vistas como potencializadoras da atividade turística. Os recursos e materiais para a atividade pesqueira obtidos por meio de projetos servem à estruturação do turismo comunitário. Por sua vez, a atividade pesqueira (pescado e mariscagem) gera benefícios econômicos e sociais, portanto se constitui como uma fonte de renda para as famílias e promove a mútua aproximação entre os comunitários. A construção de espaços para hospedar os visitantes é potencializadora desse turismo em termos de geração de renda. Outro aspecto que o caracteriza é o protagonismo dos atores sociais locais (Irving, 2018). A última pergunta feita aos entrevistados consistiu em: como a Rede Tucum ampliou diálogos e apresentou novas possibilidades para autogestão comunitária (vii)? E nos deparamos com as respostas a seguir.

“Recentemente nós fizemos uma formação promovida pela Rede Tucum [...]. Nós fomos até corrigidos lá. Eles disseram que não é turismo de base comunitária. É turismo comunitário. Pelo que nós entendemos, no turismo de base comunitária existe o pequeno empresário. Ele funciona como uma abertura para o turismo de massas. Enquanto o nosso turismo é comunitário” (interlocutor 1).

“Nós já realizávamos o turismo. Mas depois que ingressamos na Rede Tucum começamos a perceber o que fazíamos errado. Hoje queremos melhorar, nos especializar para receber o nosso público melhor e fazer bem feito e diferente. Nós queremos aprender a construir um cardápio, a hospedar melhor, a construir um site de divulgação” (interlocutor 3).

Tais discursos evidenciam a atuação da Rede Tucum na comunidade por meio de um curso de formação que envolveu os atores sociais responsáveis pelo turismo local. Neste curso foram feitas considerações acerca do turismo de base comunitária que centraliza as ações no pequeno empresário, também sobre o turismo comunitário que coloca a comunidade como protagonista no planejamento e na execução das atividades turísticas. Este último tem como princípio essencial a autogestão que assegura a mobilização e a articulação dos atores sociais locais

na perspectiva do trabalho coletivo. Com isso a experiência de turismo comunitário do Quilombo do Cumbe poderá se aproximar do modelo de gestão social que privilegia o agir comunicativo, o que implica considerar a sua singularidade no que confere à dialogicidade, à transparência e à emancipação (Cançado et al., 2011).

O modelo de autogestão na experiência de turismo estudada poderá envolver o planejamento, a divisão do trabalho, a rentabilidade, a recepção dos visitantes e a transferência de saberes. Também assinalamos que a autogestão comunitária é materializada nas iniciativas coletivas elaboradas pelo grupo social (Castanheira & Pereira, 2008). Como registrado, a comunidade já recebia visitantes antes de ingressar na Rede Tucum, logo já existiam iniciativas na esfera local, mesmo sem um processo ordenado. Esta evidência nos permite considerar que essa atividade turística surgiu como uma forma de dinamizar a economia local em concordância com os valores comunitários, portanto sem se colocar como subserviente ao capital globalizado uma vez que é detentora do seu capital e do seu tempo. Para os atores sociais locais o turismo comunitário é um meio, não um fim. Por isso, permanecer no território como protagonista e dar visibilidade à luta comunitária são os eixos centrais desta experiência.

6. Considerações Finais

O lazer consiste em um fenômeno social relevante frente às transformações ocorridas no Quilombo do Cumbe que demarcaram a produção do turismo comunitário, a partir da resignificação das práticas tradicionais como práticas turísticas representativas da resistência cultural comunitária. Nos remetemos a uma experiência de turismo que procura desenvolver as potencialidades do território a partir de um conjunto de práticas sociais tradicionais inerentes ao lazer comunitário, ao mesmo tempo que promove a mútua aproximação entre visitantes (os turistas) e visitados (os atores sociais locais). Observamos isso no mangue, espaço primordial de construção identitária do grupo social, que foi resignificado como espaço social de interação entre os visitantes e os visitados de modo mais profundo.

Destacamos que o turismo comunitário investigado se diferencia do turismo de massas, a exemplo daquele que acontece em Canoa Quebrada (Aracati-

-Ceará-Brasil), onde há uma fragmentação dos espaços. No Território do Cumbe, os espaços não são fragmentados, eles integram e aproximam visitantes e visitados. É importante lembrarmos que no Quilombo do Cumbe os espaços de lazer e os espaços de trabalho são os mesmos, consequentemente os espaços acessados pelos visitantes também são acessados pelos visitados.

No turismo comunitário a sustentabilidade territorial é trabalhada em harmonia com um desenvolvimento turístico atento às alterações dos padrões de consumo, como visto quando a comunidade trabalha com pequenos fluxos de visitantes, por isso o período de maior visitação da comunidade corresponde aos dias de ocorrência da Festa do Mangue do Cumbe. É notória a exigência por parte do grupo social da responsabilidade e da ética a quem fornece os serviços, ao passo que os prestadores de serviços turísticos entendem o turismo comunitário como um modo de dar visibilidade à luta pelo território livre. Neste sentido, a experiência de turismo descrita poderá empreender uma combinação de autogestão que potencialmente garante a preservação dos modos de vida tradicionais.

Chamamos atenção sobre o papel do Estado no monitoramento das ações locais na área do turismo. Assim, apesar de o município de Aracati ser considerado um destino indutor do turismo regional pelo Ministério do Turismo, de o município em questão possuir uma Secretaria de Turismo e Cultura, o Quilombo do Cumbe parece invisível frente às políticas municipais e estaduais de desenvolvimento do turismo, o que determinou à ausência de representatividade do Quilombo do Cumbe nos conselhos, nas associações e nas entidades relacionadas ao turismo. Diante desta realidade, notamos que estrategicamente o órgão gestor do turismo local deixa de diversificar a oferta, assim como de qualificar o destino turístico.

Essa condição de invisibilidade institucional levou os atores sociais locais a assumirem o protagonismo social da atividade e a criarem as suas próprias estratégias e os seus próprios modelos de desenvolvimento turístico com foco nos valores comunitários. Esta experiência, ainda que em sua construção inicial, poderá ter como horizonte o compartilhamento de decisões, a autogestão, a segmentação de serviços entre os comunitários e a solidariedade, com vista à promoção de uma prática turística diferenciada da convencional. Certamente uma experiência ancorada

em práticas socialmente referenciadas e simbólicas para a comunidade, contribui para que os benefícios gerados por meio da prestação dos serviços possam efetivamente ficar na comunidade e dinamizar a economia local.

Em nossa percepção, o turismo comunitário no Quilombo do Cumbe poderá impulsionar o protagonismo social de maneira a contribuir para a permanência dos modos de vida tradicionais e para a sustentabilidade comunitária, à medida em que a produção de serviços turísticos acontece de maneira compartilhada e compatível com a realidade social e ambiental local e que o grupo social evidencie cuidado com o patrimônio material e imaterial e garanta a preservação da sua identidade pesqueira-quilombola.

Finalmente, registramos o nosso desafio quanto à escrita deste artigo por ser o primeiro trabalho acadêmico sobre o turismo comunitário do Quilombo do Cumbe. E agradecemos aos atores sociais locais, representados pela Associação Quilombola do Cumbe, pela intensa acolhida, pelos saberes e conhecimentos compartilhados e pelos ensinamentos sobre a importância da resignificação das práticas comunitárias como mecanismos de resistência cultural.

Bibliografia

- Almeida, D. F., & Azevedo, A. (2007). *Política e Lazer: interfaces e perspectivas*. Brasília: Thesaurus.
- Brasil (1988). *Constituição Federal*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- Cançado, A. C., Tenório, F. G., & Pereira, J. R. (2011). Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos Ebape.br*, 9(3), 681-703.
- Castanheira, M. E. M., & Pereira, J. R. (2008). Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. *Revista katálisis*, 11(1), 116-122.
- Coriolano, L. N. M. T., & Sampaio, C. A. C. (2008). Repensando o turismo comunitário e solidário. *Anais do X Seminário Internacional de Turismo* (pp. 1-21). Curitiba: UNICENP.
- Corbari, S. D., & Ferreira, M. R. (2019). Ser ou não ser sustentável, eis a questão! Um olhar sobre a relação da pesquisa em turismo e a panaceia do sustentável. *Revista Turismo Em Análise*, 30(3), 423-439.
- Costa e Silva, L. V. (2016). *Relação entre a dinâmica espaço-temporal de uso e ocupação do solo e os conflitos ambientais: o caso da comunidade do Cumbe, Aracati, Ceará, Brasil* (Tese de Doutorado). UFC, Fortaleza, Brasil.
- Diógenes, C. M., & César, P. de A. B. (2018). Turismo de base comunitária: vivências dos discentes do IFCE no território Cearense. In R. Jacinto (Org.), *Lugares e territórios: patrimônio, turismo sustentável, coesão territorial*. Lisboa: Âncora.
- Dumazedier, J. (2014). *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva.
- Ferreira, V. S. (2014). Artes e manhas da entrevista compreensiva. *Saúde e Soc.*, 23(3), 979-992.
- Instituto Terramar (2017). *Rede Tucum: das ondas do mar aos quintais da vida*. Ceará, Brasil: Instituto Terramar.
- Irving, M. A. (2018). Participação, inclusão social, e os objetivos de desenvolvimento sustentável: por uma nova ética em projetos turísticos. In M. A. Irving, J. Azevedo, & M. A. G. Lima (Orgs.), *Turismo: Ressignificando sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Folio Digital.
- Irving, M. de A., Bursztyn, I., Sancho, A. P., & Melo, G. de M. (2005). Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, 5(4), 1-7.
- Lipovetsky, G. (2006). *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70.
- Mascarenhas, F. (2005). *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer* (Tese de Doutorado). Unicamp, Campinas, Brasil.
- Minayo, M. C. de S. (2016). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Nascimento, E. P. do (2013). *Turismo de Base Comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos* (Dissertação de Mestrado). UnB, Brasília, Brasil.
- Oliveira, A. A. N. (2018). *Entre o Rio e o Mar: Práticas Corporais e Cotidiano na Comunidade Quilombola do Cumbe* (Tese de Doutorado). UnB, Brasília, Brasil.
- Oliveira, A. A. N., & Almeida, D. M. F. (2020). Os significados das práticas corporais no tempo do lazer entre os pescadores do Cumbe. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, 42(1), 1-8.
- Ratts, A. (2015). Percursos e territórios negros/quilombolas: introdução a uma pesquisa no Ceará. In A. F. Machado et al. (Orgs.), *Memórias de Baobá II*. Fortaleza: Imprece.
- Santos, N. P. dos (2014). Turismo, gestão e território. *Caderno Virtual de Turismo*, 14(1), 66-86.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Suassuna, D. (2007). *Um olhar sobre as políticas ambientais. O Projeto Tamar*. Brasília: Thesaurus.